

BOLETIM LEA-UFRJ

Laboratório de Estudos Asiáticos da
Universidade Federal do Rio de Janeiro

ANO 3 | Nº 2 |
MARÇO DE 2019



UFRJ



BOLETIM LEA-UFRJ

ANO 3 | Nº 2 | MARÇO DE 2019

O Boletim LEA-UFRJ é uma publicação mensal que reúne análises de conjuntura sobre países, regiões e temáticas referentes à Ásia. O mesmo está vinculado ao Laboratório de Estudos Asiáticos da Universidade Federal do Rio de Janeiro, sendo composto por editorial e textos redigidos por alunos de graduação e de pós-graduação vinculados às atividades de pesquisa do laboratório. Trata-se de uma iniciativa de extensão universitária, cujo propósito é aproximar a sociedade dos trabalhos desenvolvidos dentro da universidade.

Corpo Editorial Editor Executivo

Leonardo Valente Monteiro (UFRJ)

Editora Adjunta

Letícia Figueiredo Ferreira (PPGRI-San Tiago Dantas)

Pesquisadores do Laboratório de Estudos Asiáticos da UFRJ

Caroline Rocha T. Colbert (PEPI-UFRJ)

Davidson Costa Souza (UFRJ)

Dimitria H. de Mello Assis Nunes (UFRJ)

Giovanna Lucio Monteiro Ferreira (UFRJ)

Júlia Souza Izquierdo Penaranda (UFRJ)

Lahissa da Silva Pereira (UFRJ)

Laís Helena Ferreira dos Santos (UFRJ)

Letícia Ferreira (PPGRI-San Tiago Dantas)

Lucas Almeida de Brito (PPGRI-UERJ)

Matheus Bruno F. Alves Pereira (UFRJ)

Nathan Moraes P. da Silva (PPGRI-UERJ)

Pedro Allemand M. Silva (PEPI-UFRJ)

Rebecca Souza Batista (UFRJ)

Sabrina Rodrigues Pacheco (UFRJ)

Thayane Queiroz S. Jesus (PPGRI-UERJ)

Capa e Layout

Letícia Figueiredo Ferreira (PPGRI-San Tiago Dantas)

Contato



Laboratório de Estudos Asiáticos

Universidade Federal do Rio de Janeiro

Av. Pasteur, 250 – Praia Vermelha – CEP 22290-902

Rio de Janeiro/RJ – Brasil

E-mail: leari.ufrj@gmail.com

Site: leariufRJ.wixsite.com/home

SUMÁRIO

EDITORIAL

SOBRE A DÉCIMA PRIMEIRA EDIÇÃO DO BOLETIM	04
---	----

ARTIGOS

AS RELAÇÕES BRASIL-CHINA: O INVESTIMENTO ESTRANGEIRO DIRETO CHINÊS NO BRASIL	06
--	----

BREVE PANORAMA DAS RELAÇÕES BILATERAIS SINO-URUGUAIAS	13
---	----

O HISTÓRICO DE COOPERAÇÃO SINO-ARGENTINA EM SEGURANÇA E A ESTAÇÃO DE CONTROLE ESPACIAL NA PATAGÔNIA	18
---	----

AS RELAÇÕES SINO-CHILENAS: O TRATADO DE LIVRE COMÉRCIO E OS INVESTIMENTOS EM ENERGIA	23
--	----

AS RELAÇÕES SINO-PERUANAS: AS POLÍTICAS LIBERALIZANTES E A PRESENÇA CHINESA NO SUBCONTINENTE	27
--	----

A EVOLUÇÃO DAS RELAÇÕES ENTRE PEQUIM E CARACAS NAS ERAS CHÁVEZ E MADURO: A INDÚSTRIA PETROLÍFERA VENEZUELANA E A SEGURANÇA ENERGÉTICA CHINESA	32
---	----

EDITORIAL

SOBRE A DÉCIMA PRIMEIRA EDIÇÃO DO BOLETIM

Dando continuidade aos estudos sobre o relacionamento corrente entre a República Popular da China e a América Latina e o Caribe, a presente edição do Boletim do Laboratório de Estudos Asiáticos da Universidade Federal do Rio de Janeiro (LEA-UFRJ) se debruça sobre os países da América do Sul. Com isso, nosso intuito é inserir nossa própria região nas análises sobre o continente asiático, atual eixo da acumulação capitalista mundial e centro dos rearranjos de forças políticas em curso. A relevância de fazê-lo está no fato, portanto, de se tratar de um tabuleiro de importância crescente na condução das relações internacionais, com implicações diretas para nós, enquanto brasileiros e sulamericanos.

Embora mantenha relações diplomáticas com a América do Sul desde os anos 1970, foi a partir dos anos 2000 que Pequim implementou uma política de maior engajamento econômico, político e mesmo militar no subcontinente. O fortalecimento da presença chinesa em territórios latinoamericanos é explicado, em geral, por interesses de ordem geoeconômica, dado o anseio chinês em acessar tanto os recursos naturais da região, para garantir sua segurança alimentar e energética, quanto os seus mercados consumidores. Ao mesmo tempo, porém, especula-se que o avanço do gigante asiático no perímetro de segurança dos Estados Unidos é também uma resposta ao aumento da belicosidade estadunidense no Mar do Sul da China.

De fato, a política externa chinesa para a América Latina, em geral, e para a América do Sul, em particular, sofreu uma reformulação. Apesar do avanço do investimento e financiamento chineses na região e da inclusão da mesma nos projetos de infraestrutura da Nova Rota da Seda, a *Belt and Road Initiative* (BRI), hoje, o comportamento do Império do Meio nas Américas responde cada vez mais a interesses geopolíticos. Assim, Pequim impulsionou a formação de parcerias estratégicas e de enclaves de apoio incondicional em áreas de influência de Washington, sendo Caracas o caso mais ilustre. Também no plano militar, os chineses têm ganhando espaço, transformando-se em grandes fornecedores de armas e equipamento bélico para países como a Argentina, a Bolívia, o Peru, o Equador e a Venezuela.

Diante dessas questões, a décima primeira edição do Boletim LEA-UFRJ apresenta trabalhos a respeito da posição chinesa no Brasil, de autoria de Monalisa Barcellos; no Uruguai, escrito por Lucas Almeida; na Argentina, redigido por Caroline Colbert; no Chile, elaborado por Matheus Alves; no Peru, formulado por Dimitria Nunes, e na Venezuela, produzido por Laís Ferreira e Nathan Morais. Para além de pensar nosso subcontinente enquanto ator passivo, receptor das incursões de potências estrangeiras tradicionais, como os Estados Unidos, e novas,

como a China, nos interessa refletir sobre as possibilidades de ações concertadas em defesa da autonomia da região. Não obstante, diante do vácuo de poder deixado pelas crises venezuelana, argentina e brasileira na América do Sul, o que se tem observado é uma inanição das instituições regionais e maiores interferências externas nos assuntos domésticos dos Estados sulamericanos. Indo na contramão dos avanços logrados na primeira década do século XXI, hodiernamente a região demonstrar ter uma capacidade muito reduzida de mediar seus próprios conflitos e definir seu futuro; mais uma vez se tornando refém dos ditames de potências extrarregionais.


Leonardo Valente e 
Leticia Ferreira
Editores

AS RELAÇÕES BRASIL-CHINA: O INVESTIMENTO ESTRANGEIRO DIRETO CHINÊS NO BRASIL¹

Monalisa Barcellos Neves

As relações entre a China e a América Latina vêm se intensificando com significativa rapidez devido à recente estratégia de expansão chinesa, que tomou força a partir do início do século XXI. No Brasil, a presença da China é vista em diferentes operações, principalmente no comércio – Pequim é o maior parceiro comercial do país –, em empréstimos e no investimento estrangeiro direto (IED). Além do protagonismo que o comércio com a China tem no século atual, recentemente, os IEDs chineses em setores primordiais para o Brasil, como energia, infraestrutura e agronegócio foram intensificados, bem como os financiamentos concedidos pela China a grupos e empresas brasileiras. O objetivo deste trabalho é realizar um breve panorama sobre as relações Brasil-China no que tange às áreas de comércio, investimentos e financiamentos, dando um enfoque especial à cronologia, setorização e principais empresas e instituições que atuam na promoção do IED chinês no Brasil.

A ampliação do comércio entre a China e o Brasil nas décadas iniciais do século XXI é clara, de maneira que o Brasil se tornou o maior parceiro comercial da China na América Latina. O volume de comércio entre os países passou de US\$ 3,2 bilhões para US\$ 66,3 bilhões entre 2001 e 2015, tendo Brasília acumulado superávits desde 2009, com destaque para o ano de 2015, no qual exportamos para a China um total de US\$ 35,6 bilhões e importamos US\$ 30,7 bilhões, obtendo um superávit de US\$ 4,9 bilhões (COSTA; MENDONÇA, 2017, p. 74). A presença do IED chinês também se intensificou nesse período, principalmente após o ano de 2010. Entre 2003 e 2018, o estoque de investimentos chineses no país foi de US\$ 55,4 bilhões, pulverizados entre 102 projetos confirmados, e 160 outros anunciados (REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, 2018). Segundo relatório do Conselho Empresarial Brasil-China (CEBC), só entre 2010 e 2015, houve um montante de US\$ 37,1 bilhões em IED chinês confirmado no Brasil (BUSTELO; CARIELLO; FRAGOSO, 2017, p. 7).

Na América Latina como um todo, segundo a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) (2018, p. 22), o volume de empréstimos chineses concedido aos países chegou a US\$ 141 bilhões, sendo 80% desses realizados pelo Banco de Desenvolvimento da China, e tendo a Venezuela, o Equador, a Argentina e o Brasil sido os países que mais se beneficiaram dos mesmos. O Brasil, em especial, recebeu 26% do total do financiamento chinês na região (Idem, 2018, p. 22). Há também outras modalidades de financiamento utilizadas pela

¹ Este trabalho compõe parte da pesquisa de título “Investimentos da China no Brasil, África do Sul e Índia: arranjos institucionais, atores, impactos”, realizada pelo Instituto PACS e pela *ActionAid* em 2018.

China, como o convênio de câmbio de divisas em parceria com os bancos centrais dos países receptores dos financiamentos, e, de modo indireto, através do Novo Banco de Desenvolvimento, que já financiou quatro projetos no Brasil que somam US\$ 621 milhões (IPEA, 2019).

A inserção do capital chinês no Brasil por meio dos IEDs, segundo o Conselho Empresarial Brasil-China (BUSTELO; CARIELLO; FRAGOSO; 2017, p. 7), pode ser observada a partir de quatro momentos. Os investimentos no primeiro deles, no ano de 2010, foram feitos majoritariamente em atividades ligadas a *commodities*, já que esses são os produtos mais exportados para a China. Em um segundo momento, entre 2011 e 2013, por conta dos interesses das empresas chinesas no mercado consumidor brasileiro, os investimentos se voltaram para a indústria, principalmente nos setores automotivos e de eletroeletrônicos. Em 2013, marcou-se o início de um terceiro momento, no qual as empresas chinesas abraçaram os investimentos no setor de serviços e houve a chegada de bancos chineses ao Brasil. Na fase mais atual, a partir de 2014, os investimentos chineses adentraram na área energética, tanto na produção, quanto na transmissão de energia elétrica; no agronegócio; e na infraestrutura (Idem, 2017, p. 7-10).

São variadas as formas pelas quais as empresas chinesas entram com seu capital no país. A principal é a modalidade que a China mais utiliza no mundo inteiro (Idem, 2017), isto é, por meio de fusões e aquisições de empresas já consolidadas. Os setores mais atrativos para o investimento via fusão e aquisição são os de energia, infraestrutura, agronegócio, finanças e mineração. Segundo Kupfer e Rocha (2018, p. 31), as fusões e aquisições têm valor de operação de 4 a 8 vezes superior ao valor de outras modalidades, provavelmente devido ao menor risco que apresentam. Além dessas, identifica-se a entrada de capitais por investimentos *greenfield*², nos setores automobilístico, de energias renováveis e de eletrônicos. E, em uma menor dimensão, o IED chinês ingressa no Brasil via *joint ventures* com outras empresas, que se direcionam especialmente para o setor de eletrodomésticos. Kupfer e Rocha (2018, p. 217) apontam que 79 empresas chinesas chegaram ao Brasil no período de 2010 a 2016, sendo que, dessas, 53 efetivamente ingressaram no país e as outras 12 não lograram o mesmo sucesso.

O setor energético se destaca na recepção dos investimentos chineses, principalmente por conta da demanda industrial chinesa por recursos naturais e pelo interesse na área do Pré-Sal. No ano de 2015, 73% dos investimentos chineses se concentraram nessa área (COLOMBINI NETO, 2016, p. 53), sendo que 66% dos mesmos foram feitos na área petroquímica, resultando em um volume de US\$ 18,2 bilhões (Idem, 2016, p. 62). As principais empresas chinesas do setor energético que investem e se encontram no Brasil são: a *State Grid*, que investe

² Trata-se de um tipo de IED no qual uma empresa inicia operações em um país estrangeiro a partir do zero, criando novas instalações próprias.

na transmissão de energia elétrica, detendo um total de 6.040 km de linhas de transmissão no Brasil (STATE GRID BRAZIL HOLDING S.A, 2015); a *Sinopec*, maior refinaria de petróleo da China, e, segundo Colombini Neto (2016, p. 63), uma das principais investidoras na extração de petróleo no Pré-Sal; e a *China Three Gorges Corporation*, que se destaca no investimento em energia hidroelétrica e em energias renováveis.

No agronegócio, um projeto de destaque é a aquisição de 57,6% da comercializadora de grãos Brasil Fiagril por US\$ 200 milhões pela chinesa *Hunan Dakang International Food and Agriculture Co. Ltd* (CEPAL, 2017, p. 61). Já no setor de infraestrutura, sublinha-se a aquisição de 80% do capital da empresa de construção civil Concremat Engenharia pela *China Communications Construction Company* pelo valor de US\$ 106 milhões (BUSTELO; CARIELLO; FRAGOSO, 2017, p. 24). No setor de transportes, por sua vez, o que mais chamou a atenção foi a aquisição de 23,7% da empresa Azul Linhas Aéreas Brasileiras pela *Hainan Airlines*, pelo valor de US\$ 450 milhões (CEPAL 2017, p. 60).

A figura 1, abaixo, situa os investimentos chineses entre os anos de 2010 e 2018 nas regiões do país nos seguintes setores: energia, infraestrutura e agronegócio. Cabe observar que, devido à falta de informação sobre a posição geográfica exata dos projetos, alguns pontos correspondem à sede da empresa parceira na transação.

Figura 1 – Investimentos chineses em energia, infraestrutura e agronegócio (2010-2018)



Elaboração própria.

Um dos principais mecanismos de promoção das relações Brasil-China é a diplomacia,

através do fomento de investimentos via memorandos de entendimento, protocolos de investimento e acordos bilaterais. Parte dessas políticas de incentivo surgiram durante o governo Lula, que direcionou a política externa brasileira para a busca de novos mercados e novas parcerias empresariais através do fortalecimento da Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (APEX-Brasil) – a partir de aumentos no orçamento e quadro técnico da mesma – e do Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES), que aumentou o crédito para as exportações de produtos e serviços (PAUTASSO; DORIA, 2016). Outro avanço diplomático se dá através das viagens de representantes para ambos os países. As visitas do presidente Xi Jinping, em julho de 2014, e do primeiro-ministro Li Keqiang, em maio de 2015, resultaram em vários acordos de investimentos: apenas na segunda, assinaram-se 35 acordos entre empresas e instituições de ambos os países, com um montante de US\$ 53 bilhões aplicados em setores como energia, infraestrutura e mineração (COLOMBINI NETO, 2016).

O impeachment da ex-presidenta Dilma Rousseff, em 2016, não acarretou nenhuma mudança para as empresas chinesas que investem ou desejam investir no Brasil. Ao contrário, elas mantêm seus interesses e expectativas de ganhos na nova onda de liberalização da América Latina. Ainda como presidente interino, uma das primeiras medidas de Michel Temer foi a criação do Plano de Parcerias de Investimento (PPI), conduzido pelo BNDES para acelerar os processos de concessões e de projetos que visem parcerias privadas, seguindo o programa de desestatização pretendido pelo governo (BNDES, 2018). Outrossim, a primeira viagem presidencial de Temer, ainda em 2016, foi para a reunião do G20 realizada na China, em Hangzhou. Além da reunião multilateral, Temer se reuniu com empresários chineses em Xangai para apresentar sua agenda de reformas para a atração de investimentos ao Brasil (MENDONÇA, 2016).

Em 2017, por sua vez, Temer retornou à China para participar da IX cúpula dos BRICS, em Xiamen, levando consigo uma comitiva de governo e empresários com o objetivo de vender pacotes de concessões, que incluíam a privatização da Casa da Moeda, da Eletrobrás e de aeroportos nacionais, bem como a discussão de um acordo de cooperação entre a Eletronuclear e a *China Nuclear* para Angra 3 (VALOR ECONÔMICO, 2017). Já em 2018, ao participar da X cúpula dos BRICS, na África do Sul, Temer se reuniu com o presidente Xi Jinping para tratar dos investimentos chineses dentro do programa de concessões e privatizações, além de questões que envolviam as barreiras comerciais contra o açúcar e o frango brasileiros (GRANER, 2018).

Além das visitas presidenciais, houve a criação de fóruns e entidades com o objetivo de estreitar as relações entre os países. Arquetado durante o segundo governo Dilma, em 2015, e ativado pela gestão Temer, em 2017, o Fundo Brasil-China de Cooperação para Expansão da Capacidade Produtiva, de acordo com o BNDES (2017), tem como propósito disponibilizar

financiamentos a projetos em setores estratégicos, como os de energia, infraestrutura e mineração. Para esse fundo, afirma Amorim (2018, p. 4), foram disponibilizados US\$ 20 milhões, sendo US\$ 15 milhões provenientes do *China-LAC Industrial Cooperation Fund* (Claifund) e US\$ 5 milhões proveniente de instituições como a Caixa Econômica Federal e o BNDES.

Outro espaço político que também apoia a expansão do capital chinês no Brasil e na América Latina é o Fórum China-CELAC. Lançado em Havana, em 2014, o mesmo visa se tornar uma instância de diálogo político, estreitando os vínculos entre o Império do Meio e a América Latina e o Caribe (FÓRUM CHINA-CELAC, 2016). No âmbito do Fórum, o presidente Xi Jinping anunciou, em 2015, investimentos nos países da região ao longo dos próximos dez anos no volume total de US\$ 250 bilhões. Desse modo, até 2025, o fluxo financeiro entre a China e a região aumentaria para US\$ 500 bilhões (VALOR ECONÔMICO, 2015).

Devido ao crescimento do comércio e dos investimentos entre os dois países, já havia sido criada, ainda em 2004, a Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação (COSBAN), a fim de coordenar e orientar a cooperação bilateral entre Pequim e Brasília nos mais diversos âmbitos (REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, 2011). Por meio da COSBAN foram elaborados três planos: i) o Plano de Ação Conjunta, de 2010 a 2014, que visava o fortalecimento da relação bilateral na cooperação comercial e econômica (CEBC, 2010); ii) o Plano Decenal de Cooperação, de 2012 a 2021, com a intenção de diversificar as áreas de investimento, principalmente nos setores de alto valor agregado, por meio do diálogo e respeito à soberania de ambas os países; e iii) o Plano de Ação Conjunta, de 2015 a 2021, que complementa o que já havia sido assinado em 2012, de modo a fortalecer os acordos bilaterais entre os países (PECEQUILO; JUNQUEIRA, 2016).

Apesar da imensa movimentação na política brasileira nos últimos anos e do giro à direita da América Latina, nota-se que a administração Temer, mesmo voltando-se a parceiros mais tradicionais, não deixou de lado as relações com a China. Nesse sentido, adotou uma postura pragmática, que atendia a interesses de grandes grupos econômicos no Brasil. Além disso, a abertura de setores estratégicos brasileiros, como os de petróleo, energia, infraestrutura e terras, à investidores chineses, foi substancialmente intensificada e facilitada em seu governo. A administração Bolsonaro, no entanto, vem alterando os rumos dessa política nos últimos meses, a partir de um realinhamento automático com os Estados Unidos, cujos contenciosos econômicos e militares com a China têm se agravado paulatinamente. Tal posição terá consequências para setores exportadores de grande peso na economia brasileira, dada a relação de dependência criada com os chineses nas últimas décadas. Essa tem reforçado a posição subordinada do Brasil nas cadeias globais de valor, como produtor e exportador de produtos primários.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

AMORIM, Fernando. **Fundo Brasil-China de Cooperação para Expansão da Capacidade Produtiva e o Financiamento de Longo Prazo no Brasil**. Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase), 2018. Disponível em: https://ibase.br/pt/wp-content/uploads/dlm_uploads/2018/05/Artigo_Fundo-Brasil-China_Fernando_FINAL-1.pdf. Acesso em: 24 de jul. de 2018.

BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO (BNDES). **BNDES será operador preferencial do Fundo Brasil-China**, 2017. Disponível em: <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/imprensa/noticias/conteudo/bndes-sera-operador-preferencial-do-fundo-brasil-china>. Acesso em: 24 de jul. de 2018.

_____. **Programa de Parcerias para Investimentos (PPI)**, 2018. Transparência, Infraestrutura. Disponível em: <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/transparencia/desestatizacao/ppi>. Acesso em: 23 de jul. de 2018.

BUSTELO, Santiago; CARIELLO, Tulio; FRAGOSO, Gabriel. **Investimentos Chineses no Brasil 2016**. Rio de Janeiro: Conselho Empresarial Brasil-China, 2017. Disponível em: http://www.cebc.org.br/arquivos_cebc/investimentos-chineses/5.1.%20%20InvestimentosChinesesNoBrasil2016_PT.pdf. Acesso em: 23 de jul. de 2018.

China promete US\$ 250 bi para a América Latina. **Valor Econômico**, 2015. Disponível em: <https://www.valor.com.br/internacional/3851854/china-promete-us-250-bi-para-america-latina>. Acesso em: 23 de jul. de 2018.

COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE (CEPAL). **Explorando nuevos espacios de cooperación entre América Latina y el Caribe y China**. Segunda Reunião Ministerial do Fórum da Comunidade de Estados Latino Americanos e China. Santiago, Chile, 2018. Disponível em: <https://www.cepal.org/pt-br/node/45510>. Acesso em: 24 de jul. de 2018.

_____. **La Inversión Extranjera Directa en América Latina y el Caribe 2017**, 2017. Disponível em: <https://www.cepal.org/es/publicaciones/42023-la-inversion-extranjera-directa-america-latina-caribe-2017>. Acesso em: 24 de jul. de 2018.

COLOMBINI NETO, Iderley. **Dinâmica Capitalista dos Investimentos Chineses no Brasil**. Action Aid Brasil e Mott Foundation. Rio de Janeiro: 2016.

CONSELHO EMPRESARIAL BRASIL-CHINA (CEBC). **Plano de Ação Conjunta entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da China (2010-2014)**, 2010. Disponível em: http://www.cebc.com.br/sites/default/files/plano_de_acao_conjunta_2010_-_2014_2_.pdf. Acesso em: 24 jul. 2018.

COSTA, Fabiana Kenia Silva; MENDONÇA, Talles Girardin de. Evolução do Comércio Bilateral entre Brasil e China: Análises das Relações Comerciais. **Revista Economia e Desenvolvimento**. ed. 29, vol. 2, Jul - Dez 2017, p. 73-90.

FÓRUM CHINA-CELAC. **Basic Information about China-CELAC Forum**. Departamento das Relações entre América Latina e Caribe. Ministério de Relações Exteriores da China, 2016. Disponível em: http://www.chinacelacforum.org/eng/ltjj_1/. Acesso em: 24 de jul. de 2018.

GRANER, Fabio. **Temer: Competitividade Depende de Maior Abertura de Investimentos**. Valor Econômico, 2018. Disponível em: <https://www.valor.com.br/brasil/5688963/temer-competitividade-depender-de-maior-abertura-investimentos>. Acesso em: 29 jul. 2018.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Banco do BRICS aprovou US\$ 621 milhões em projetos de infraestrutura e desenvolvimento sustentável no Brasil**, 2019. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=34684&catid=3&Itemid=3. Acesso em: 9 de maio de 2019.

KUPFER, David; ROCHA, Felipe Freitas da. Direções do Investimento Chinês no Brasil 2010-2016: Estratégia Nacional ou Busca de Oportunidades. In: JAGUARIBE, Anna (Org.). **Direction of Chinese Global Investments: Implications for Brazil**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão (FUNAG), 2018, p. 215 - 266.

MENDONÇA, Heloísa. O Début Internacional do Presidente Michel Temer. **El País**, 2016. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2016/09/01/politica/1472682956_242080.html. Acesso em: 26 de jul. de 2018.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Comunicado Conjunto entre a República Federativa do Brasil e a República Popular da China**. Pequim e Brasília: 12 de abr. de 2011. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/2564-comunicado-conjunto-entre-a-republica-federativa-do-brasil-e-a-republica-popular-da-china-pequim-em-12-de-abril-de-2011>. Acesso em: 22 de jul. de 2018.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. **Boletim Bimestral sobre Investimentos Chineses no Brasil (Mar/Abr 2018)**, nº 4, maio de 2018. Disponível em: <http://www.planejamento.gov.br/assuntos/internacionais/arquivos/boletim-investimentos-chineses-no-4-pub-1.pdf>. Acesso em: 23 de jul. de 2018.

PAUTASSO, Diego; DORIA, Gaio. Brasil e China e os Diferentes Projetos Nacionais. International Centre for Trade and Sustainable Development, **Pontes**, vol. 12, n. 9, 2016. Disponível em: <https://www.ictsd.org/bridges-news/pontes/news/brasil-e-china-e-os-diferentes-projetos-nacionais>. Acesso em: 22 de jul. de 2018.

PECEQUILO, Cristina; JUNQUEIRA, Emerson. **Uma Visão Comparada das Relações Brasil-China: O Plano Decenal (2012) e o Plano de Ação Conjunta (2015)**. Mundorama, 2016. Disponível em: <https://www.mundorama.net/?p=18392>. Acesso em: 25 jul. 2018.

STATE GRID BRAZIL HOLDING S.A. **Linhas de Transmissão**. Disponível em: <https://www.stategrid.com.br/pagina-inicial/ativos/>. Acesso em: 19 de jul. de 2018.

Temer leva comitiva esvaziada para China. **Valor Econômico**, 2017. Disponível em: <https://www.valor.com.br/politica/5095236/temer-leva-comitiva-esvaziada-para-china>. Acesso em: 21 de jul. de 2018.

BREVE PANORAMA DAS RELAÇÕES BILATERAIS SINO-URUGUAIAS

Lucas Almeida de Brito

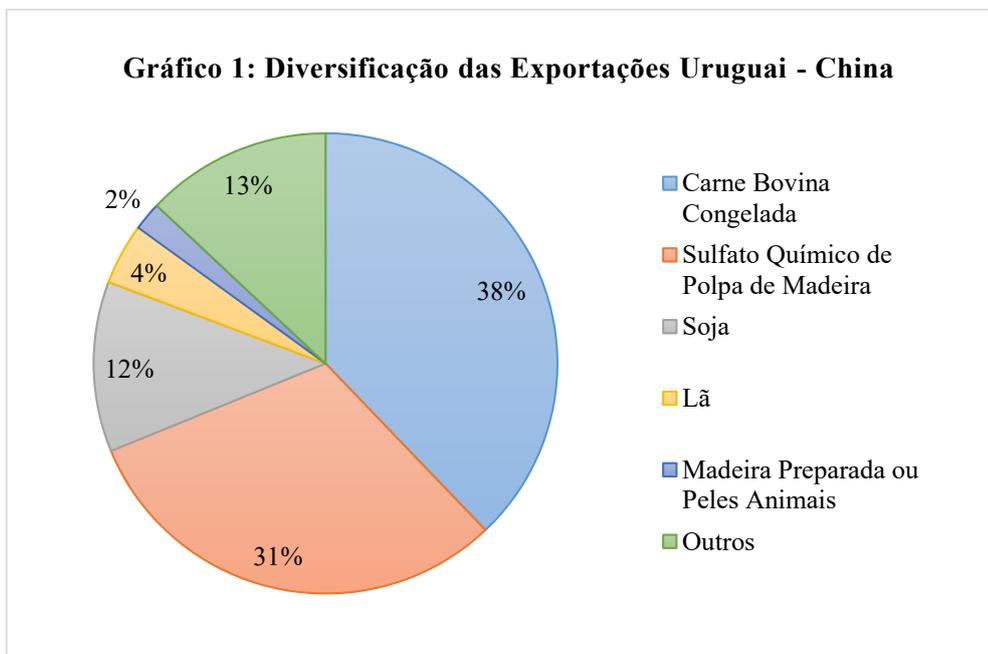
Em 2018, o Uruguai celebrou 30 anos de relações diplomáticas com a República Popular da China (RPC), uma vez que, até 1988, Montevideú reconhecia a República da China (RC), comumente conhecida como Taiwan (URUGUAY XXI, 2018). Assim como é o caso da maioria das relações bilaterais da China na América Latina, houve uma transição de “uma China para outra”, em consonância com a *One China Policy*, segundo a qual os países que desejem firmar relações com Pequim devem reconhecer a China continental como a “única China” existente, sendo Taiwan – assim como Hong Kong, Tibete e afins –, como consequência dessa prática, considerada parte inalienável da mesma. Como a RPC é um dos maiores demandantes de produtos primários do mundo (que constituem as principais exportações do continente), a transição das relações diplomáticas foi feita de forma espontânea e com objetivos pragmáticos, visando o comércio com o país asiático em exponencial ascensão.

O Uruguai é um país que se encontra entre dois gigantes, Argentina e Brasil, em termos econômicos, demográficos e territoriais, e com uma saída estratégica para o sul do Atlântico. O país possui uma população de 3.360.000 pessoas (ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA, 2018), números tímidos se comparados a seus vizinhos e, em termos de imigração chinesa, possui uma população em torno de apenas 400 pessoas (ESPECTADOR, 2007). O interesse do governo chinês sobre o Uruguai reside no seu acesso estratégico ao Atlântico, importante posição para escoamento no grande projeto de infraestrutura chinês da Nova Rota da Seda, já em processo de expansão para o subcontinente latino-americano, e no fato de ser uma possível porta de entrada e amaciamento nas relações de Pequim com o Mercosul como um todo.

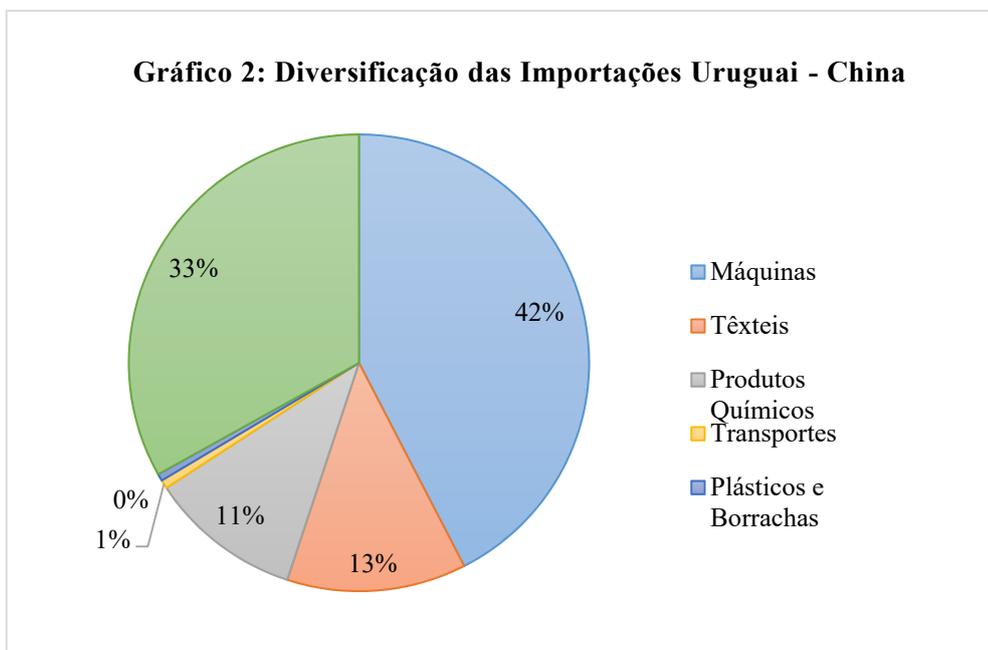
Em 2018, mediante a celebração do aniversário de três décadas das relações entre os dois países, a Agência de Promoção de Investimentos, Exportações e Imagem do Uruguai organizou diversas palestras, eventos e atividades por várias cidades chinesas, de forma a estimular as relações econômicas, de comércio, turismo, atração de investimentos e a promoção do país como um todo (URUGUAY XXI, 2018). Desde 1988, acordos que fortaleceram suas relações foram firmados entre os dois países, valendo citar o *Convenio de Promoción y Protección Recíproca de Inversiones* (1993), o *Convenio de Cooperación Técnica y Científica* (1993) e o *Convenio Marco sobre el Crédito Preferencial* (2006).

Trazendo dados mais específicos a respeito das relações econômicas entre Montevideú e Pequim, observa-se a importância da parceria para o Uruguai, que tem a China como seu maior parceiro comercial. As exportações para o Império do Meio somam um total de US\$ 1,310 bilhões, representando 28% das exportações gerais do país. Segundo dados de 2016

(OEC, 2016 a), os principais produtos exportados são, carne bovina (38%), celulose (31%) e soja (12%). Por outro lado, entre as importações da China ao país há uma maior diversificação entre vários produtos manufaturados, valendo citar peças de maquinário em geral (42%), produtos têxteis (13%) e produtos químicos (11%), totalizando US\$ 1,560 bilhões (OEC, 2016 b).



Fonte OEC, 2016 a



Fonte: OEC, 2016 b

Em 20 de agosto de 2018, as relações entre os países se intensificaram e geraram um novo rumo. O chanceler uruguaio, Nin Novoa, firmou um memorando de entendimento que

incorpora, ainda simbolicamente, o Uruguai à iniciativa da Nova Rota da Seda ou *Belt and Road Initiative* (BRI), projeto de proporções globais de desenvolvimento de infraestrutura de portos, rodovias, ferrovias, matrizes energéticas, entre outros setores. Essa inicialmente englobava a Ásia Central, o Leste Europeu e o nordeste do continente africano, visando criar um sistema de escoamento mais eficiente nos países dessas regiões que firmassem um compromisso com o governo chinês, mas foi estendida à América Latina no início de 2018. Na segunda reunião ministerial do Fórum China-CELAC, publicou-se uma declaração especial a respeito da iniciativa de integração de infraestrutura, com vários países do subcontinente sinalizando interesse em integrá-la (GANG, 2018).

Com esse comprometimento, o Uruguai passou a ser o primeiro país do Mercosul a participar da iniciativa. Na visão de Gang (2018), os países da América do Sul se constituiriam como um corredor marítimo natural de continuação da Rota da Seda Marítima para o Século XXI, como também eram historicamente na antiga Rota da Seda Marítima. É natural, da perspectiva chinesa, que ocorra uma expansão a leste, em direção ao Pacífico. Essa perspectiva não vem sem resistência da outra potência de peso na região, com os recentes investimentos chineses recebendo críticas dos Estados Unidos, que, ainda hoje, é, em números gerais, o maior parceiro comercial do subcontinente. No início de fevereiro de 2018, o governo chinês organizou uma comitiva que passou por seis países da América do Sul, o que provocou manifestações do Secretário de Estado estadunidense na época, Rex Tillerson, que demandou que os países se defendessem de práticas “injustas de comércio” e “potenciais atores predatórios” (LO, 2018).

Como mostra o breve retrospecto da inserção do Uruguai no Mercosul do artigo de Bratiliere e Viana (2017), o Uruguai sempre possuiu uma necessidade de se inserir em outros mercados para que conseguisse se projetar enquanto economia exportadora de bens e serviços na região. A adesão ao Mercosul era estratégica para que o país se inserisse em mercados de PIBs consideráveis e com uma boa demanda por seus produtos, um caminho esperado para uma economia pequena e especializada (como apontado anteriormente, as principais exportações são carne bovina, celulose e soja). Com o passar dos anos, o objetivo inicial de criar uma integração maior dos mercados do bloco foi sendo minada pelos interesses divergentes, às vezes até conflitivos, das economias da região, e o Uruguai não conseguiu o retorno que esperava da sua estratégia de adentrar mercados com uma demanda que impulsionasse sua economia, o que sua população interna sozinha não conseguiria abarcar (BRATILIERE; VIANA, 2017).

Nesse cenário, a aproximação com a China, país que apresenta grande mercado e demanda pelos produtos uruguaios, não surpreende. Em 2016, firmou-se um Acordo de Aliança Estratégica entre os dois governos, como um dos primeiros passos à assinatura de um Tratado

de Livre Comércio (TLC) (BRATILIERE; VIANA, 2017). Assim, o Uruguai se tornaria mais um parceiro comercial da China para suprir sua grande demanda alimentar e energética. O impeditivo para a evolução de um TLC viria da Resolução 32/00 do Mercosul, segundo a qual os Estados partes devem negociar em conjunto quaisquer acordos com países terceiros ou com outros blocos. Assim, para estabelecer um TLC, deverá haver um consenso entre os países que compõe o mercado comum, o que não têm sido o caso. O Uruguai enfrenta as oposições argentina e brasileira: enquanto Buenos Aires se opõe a um acordo bilateral e não um do bloco como um todo, Brasília se coloca contra qualquer possibilidade de haver um acordo entre Montevideú e Pequim, tanto de forma bilateral ou no âmbito do bloco. O Uruguai, por sua vez, se encontra em um impasse, pois detém um histórico de respeito às resoluções do Mercosul (Idem, 2017).

A parceria com a China beneficia muito o pequeno país, que vê em Pequim um grande mercado, capaz de impulsionar a expansão de sua produção. Pequim, por outro lado, consegue, aos poucos, aumentar seu escopo de influência em um continente tão afastado geográfica, cultural e historicamente. O governo chinês se beneficia de uma margem de ação sem precedentes, onde os Estados Unidos, potência da qual os países da região são historicamente dependentes, ao se voltar para a resolução de questões internas ou em outras áreas do globo, acabou se fechando às relações econômicas com a América Latina. Assim, para os países do subcontinente trata-se de um movimento pragmático aprofundar suas relações com o país que vem ganhando cada vez mais peso nas suas pautas comerciais.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

BRATILIERE, Karina; VIANA, Nicolle. Tratado de Livre Comércio entre Uruguai e China: a resistência do Mercosul e o posicionamento uruguaio. **Conjuntura Internacional**, 2017. Disponível em: <https://pucminasconjuntura.wordpress.com/2017/05/22/tratado-de-livre-comercio-entre-uruguai-e-china-a-resistencia-do-mercosul-e-o-posicionamento-uruguaio/>. Acesso em: 03 de set. de 2018.

¿Cómo vive la comunidad asiática en Uruguay? **Espectador**, 2007. Disponível em: <http://www.espectador.com/noticias/95590/como-vive-la-comunidad-asiatica-en-uruguay>. Acesso em: 03 de set. de 2018.

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. Agência de Inteligência Central (CIA). **The World Factbook: Uruguay**, 2018. Disponível em: <https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/uy.html>. Acesso em: 03 de set. de 2018.

GANG, Wang. Uruguay y la Franja y la Ruta. **El Observador**, 2018. Disponível em: <https://www.elobservador.com.uy/nota/uruguay-y-la-franja-y-la-ruta-2018823500>. Acesso em: 03 de set. de 2018.

LO, Kinling. Xi Jinping Vows to Boost Ties with Uruguay After US Warning to Latin America. **South China Morning Post**, 2018. Disponível em: <https://www.scmp.com/news/china/diplomacy-defence/article/2131876/xi-jinping-vows-boost-ties-uruguay-after-us-warning>. Acesso em: 03 de set. de 2018.

Uruguay Celebrates 30 Years of Diplomatic Relations with China. **Uruguay XXI Investment, Export and Country Brand Promotion Agency**, 2018. Disponível em: <https://www.uruguayxxi.gub.uy/en/news/article/uruguay-celebrates-30-years-of-diplomatic-relations-with-china/>. Acesso em: 03 de set. de 2018.

THE OBSERVATORY OF ECONOMIC COMPLEXITY (OEC). **What Does Uruguay Export to China?**, 2016 a. Disponível em: https://atlas.media.mit.edu/en/visualize/tree_map/hs92/export/ury/chn/show/2016/. Acesso em: 03 de set. de 2018.

THE OBSERVATORY OF ECONOMIC COMPLEXITY (OEC). **What Does Uruguay Import to China?**, 2016 b. Disponível em: https://atlas.media.mit.edu/en/visualize/tree_map/hs92/import/ury/chn/show/2016/. Acesso em: 03 de set. de 2018.

O HISTÓRICO DE COOPERAÇÃO SINO-ARGENTINA EM SEGURANÇA E A ESTAÇÃO DE CONTROLE ESPACIAL NA PATAGÔNIA

Caroline Rocha Travassos Colbert

Hoje, a China é um dos principais parceiros comerciais de Buenos Aires, tendo a soja argentina se tornado a principal *commodity* da pauta exportadora e fonte de divisas para o país. A medida que houve uma intensificação do intercâmbio comercial, criou-se, particularmente nos últimos cinco anos, um forte fluxo de investimentos chineses, concentrados nos ramos extrativistas e em serviços ligados à exportação para Pequim. Ao mesmo tempo, como a maioria dos países da América Latina, a Argentina foi inundada por bens industriais chineses em seu mercado interno. Conforme os negócios se multiplicaram, os contatos políticos e diplomáticos também cresceram, podendo a intensificação das relações sino-argentinas ser vista como um marco na América Latina por se espriarem para temas sensíveis das relações internacionais.

A competição pela atuação sobre a economia e as estruturas estatais tem condicionado a evolução histórico-política dos países latinoamericanos. Após a crise financeira internacional de 2008, Brasil, Chile, Venezuela e a Argentina estabeleceram diversos acordos estratégicos com a China (MEDEIROS; CINTRA, 2015), que competiam com a tradicional influência dos interesses econômicos, políticos e estratégicos dos Estados Unidos e das potências europeias na região. Atualmente, a China é o país que mais tem estreitado laços econômicos, comerciais e diplomáticos com os países latinoamericanos, e, na Argentina, essa expansão também ganhou uma dimensão securitária com o estabelecimento de uma Estação de Controle Espacial, na província de Neuquén, na Patagônia, em 2018.

A partir de 2015, a cooperação sino-argentina rendeu a assinatura de 20 novos acordos, reforçando, segundo os representantes chineses e argentinos, uma parceria estratégica entre os dois países (PALACIOS, 2015). Esses acordos são de grande alcance e abrangem as áreas de comércio, agricultura, alta tecnologia e defesa. Os componentes dos acordos nesse último setor despertam maior atenção dos analistas, visto que esses se estendem além do escopo de cooperação até então existente entre o Império do Meio e a região (WILSON, 2015). Além disso, gera algum alarde o fato de os acordos de defesa compreenderem todos os ramos das forças armadas argentinas, visando a modernização do sistema de defesa defasado do país.

No setor aéreo, um grupo de trabalho foi criado em 2015 para analisar a possibilidade de o governo argentino adquirir até 20 aeronaves FC-1 ou J-10 da chinesa *Chengdu Aircraft Corporation* (CAC) (NIEBIESKIKWIAT, 2015). Em tese, o acordo beneficiaria ambas as partes, já que, por um lado, forneceria à China um mercado de exportação viável para o seu novo

caça, e, por outro, Buenos Aires se beneficiaria de condições de financiamento favoráveis oferecidas pela China. Embora Buenos Aires tenha optado pelos caças FC-1, que podem transportar os mísseis anti-navio subsônico C-802 e supersônico CM-400AKG, à época especulou-se que o J-10 seria uma escolha melhor, visto que, sendo mais modernos e competitivos, poderiam competir com os aviões britânicos estacionados nas Malvinas – sobretudo antes do início das operações da nova frota de transportadores britânicos, em 2020 (ZHAO, 2015).

Já no setor naval, depois de uma década procurando modernizar sua frota, Buenos Aires entrou em negociações com os chineses para a compra de 5 corvetas P18 da *China Shipbuilding Industry Corporation*. A novidade sobre o acordo naval proposto pelos chineses é que três dos cinco P-18 seriam coproduzidos na Argentina, o que oferecia uma vantagem para o país que busca competir com outros produtores de equipamentos militares na América do Sul, como o Brasil. Outros equipamentos a serem adquiridos, como parte do acordo naval, incluem quebra-gelos, rebocadores e embarcações de patrulha *offshore*. Por fim, no que se refere às forças terrestres argentinas, os chineses propuseram acordos potenciais para o exército, envolvendo os argentinos na coprodução de 110 veículos blindados anfíbios 8x8 VNI (WILSON, 2015).

Durante as negociações sino-argentinas, a possibilidade de uma renovação das forças armadas argentinas que as tornassem equiparáveis às britânicas gerou um imbróglio nas relações entre Buenos Aires e Londres. Em março daquele ano, 2015, o receio de um novo conflito no Atlântico Sul pelo Ilhas Malvinas foi manifestado pelo então primeiro-ministro britânico David Cameron. Em uma tentativa de mitigar o conflito potencial, a Grã-Bretanha chegou, inclusive, a declarar que aumentaria a presença de tropas terrestres e forneceria apoio aéreo adicional aos soldados britânicos posicionados nas Malvinas (CARMO, 2016). A tensão só chegou ao fim em 2016, com a eleição do atual presidente argentino, Mauricio Macri, que, embora mantendo a reivindicação de soberania sobre o arquipélago, assumiu uma postura menos agressiva do que a de Cristina Kirchner em relação à disputa territorial com a Grã-Bretanha.

No que se refere aos acordos no setor espacial, a China concluiu, em 2018, a construção do *China Satellite Launch and Tracking Control General*, na província de Neuquén, na Patagônia, sendo essa a primeira base de monitoramento espacial fora das fronteiras chinesas. O projeto foi fortemente contestado pelos políticos de oposição no Congresso argentino, que afirmavam que a estação espacial, totalmente controlada e dotada de uma unidade de forças armadas chinesas, poderia ser eventualmente utilizada para empregar sensores espaciais para operações militares, como o uso de satélites de reconhecimento ou para defesa antimísseis. Um dos pontos mais sensíveis da discussão é o alinhamento da base com o mesmo setor longitudinal que a costa leste dos Estados Unidos e a mesma distância de dois satélites geoestacionários

posicionados sobre Washington D.C. (fig. 2 e 3), criando vantagens de ataque para a China em missões militares em um possível confronto com os Estados Unidos (LEE, 2016).

Figuras 2 e 3 - Distância entre Neuquén, Argentina e Washington D.C.



Fonte: LEE, 2016. Elaboração própria via Google Earth.



Fonte: LODOÑO, 2016.

Em resposta a essas suposições, autoridades chinesas afirmaram que a estação terrestre é apenas para apoiar a exploração do espaço profundo e para uma missão lunar, sem nenhum propósito militar (LODOÑO, 2018). Tendo em vista a carência de modernização do sistema de defesa argentino atual, a China já se comprometeu em fornecer esse apoio em troca de empréstimos financiados por *commodities* argentinas. O acordo da construção da estação espacial na Patagônia também foi feito durante a presidência de Kirchner, em 2015, quando a Argentina, excluída dos mercados internacionais de títulos após declarar calote de US\$ 100 bilhões em dívidas em 2014, já vivia uma forte crise econômica (LIMA, 2018).

Do ponto de vista da defesa, a compra de equipamentos modernos é necessária, uma vez que auxilia a renovação das forças armadas da Argentina e pode representar uma mudança da sua posição política e militar no Atlântico Sul. Simultaneamente, porém, pode alavancar a dependência do mercado de soja e de outras *commodities* para financiar a importação de material militar chinês. Para a China, por outro lado, é um avanço na expansão da sua influência militar na América Latina, região que compõe o perímetro de segurança e área de hegemonia incontestada e não compartilhada dos Estados Unidos. Além disso, em Buenos Aires, como no resto do subcontinente, Pequim busca assegurar o acesso a recursos naturais e às exportações de alimentos

valiosos para a sua segurança energética e alimentar, de modo a sustentar seu desenvolvimento industrial e sua base populacional crescente.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

CARMO, Marcia. A Estratégia do Novo Governo Argentino para Tentar Recuperar as Ilhas Malvinas. **BBC Brasil**, 2016. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2016/01/160109_macri_malvinas_mc_ab. Acesso em: 13 de out. de 2018.

LIMA, Mauricio. De uma Estação Espacial na Argentina, China Expande seu Alcance na América Latina. **Folha de São Paulo**, 2018. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2018/07/de-uma-estacao-espacial-na-argentina-china-expande-seu-alcance-na-america-latina.shtml>. Acesso em: 15 de out. de 2018.

LODOÑO, Ernesto. From a Space Station in Argentina, China Expands its Reach in Latin America. **New York Times**, 2018. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2018/07/28/world/americas/china-latin-america.html>. Acesso: 13 de out. de 2018.

MEDEIROS, Carlos Aguiar de; CINTRA, Maria Rita Vidal Paganini. Impacto da Ascensão Chinesa sobre os Países Latino-Americanos. **Brazilian Journal of Political Economy**, v. 35, n. 1, 2015, p. 28-42.

NIEBIESKIKWIAT, Natasha. China Quer Vender Aviões de Combate para a Argentina. **Clarín**, 2015. Disponível em: https://www.clarin.com/br/China-vender-avioes-combate-Argentina_0_r1eSGFKDQ1.html. Acesso em: 13 de out. de 2018.

PALACIOS, Ariel. A China 'Desembarca' na Argentina. **Estadão**, 2015. Disponível: <https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,a-china-desembarca-na-argentina-imp-,1621423>. Acesso em: 13 de out. de 2018.

LEE, Victor Robert. China Builds Space-Monitoring Base in the Americas. **The Diplomat**, 2016. Disponível em: <https://thediplomat.com/2016/05/china-builds-space-monitoring-base-in-the-americas/>. Acesso em: 13 de out. de 2018.

WILSON, Jordan. China's Military Agreements with Argentina: A Potential New Phase in China-Latin America Defense Relations. **US-China Economic and Security Review Commission**, Staff Research Report, 2015. Disponível em: <https://www.uscc.gov/Research/china%E2%80%99s-military-agreements-argentina-potential-new-phase-china-latin-america-defense>. Acesso em: 13 de out. de 2018

ZHAO, Lei. J-10 fighter jet 'good choice for Argentina'. **China Daily USA**, 2015. Disponível em: http://usa.chinadaily.com.cn/2015-05/18/content_20750586.htm. Acesso em: 13 de out. de 2018.

AS RELAÇÕES SINO-CHILENAS: O TRATADO DE LIVRE COMÉRCIO E OS INVESTIMENTOS EM ENERGIA

Matheus Bruno Ferreira Alves Pereira

Desde a abertura da sua economia, no final dos anos 1970, a China vem expandindo a sua presença política e econômica ao longo do globo. Na última década, em particular, o Império do Meio começou a buscar parcerias internacionais que pudessem assegurar o fornecimento dos recursos necessários ao seu processo de desenvolvimento e à expansão do seu mercado consumidor. Na América Latina, o primeiro país a reconhecer a República Popular da China (RPC) e estabelecer relações diplomáticas bilaterais foi o Chile. O início do relacionamento sino-chileno data de 1970, quando o presidente Salvador Allende reconheceu o governo de Pequim como representante da China Continental. Mesmo após o golpe chileno de 1973, o regime ditatorial de Pinochet manteve relações com o gigante asiático, visto que o Chile já era um grande receptor do Investimento Externo Direto (IED) chinês.

Com o fortalecimento da posição chinesa no continente americano, a relação entre os dois países atingiu um novo patamar em 2005, com a assinatura de um Tratado de Livre Comércio (TLC), o primeiro entre a China e um país latino americano (GACHÚZ, 2012). Esse trouxe grandes benefícios à China, visto que permitiu um aumento dos investimentos chineses no setor de mineração do Chile, de modo garantir o abastecimento de minérios, sobretudo cobre, para a industrialização e os projetos de infraestrutura chineses. Segundo Gachúz (2012), a extração doméstica na China é insuficiente, já que

Além do alto consumo de cobre nas suas indústrias automotiva e eletrônica, o cobre é usado na China na construção de ferrovias, aeroportos, hospitais, escolas, infraestrutura, projetos hídricos, projetos de energia, novas fábricas, casas, prédios, refinamento de petróleo e gás natural, usinas de energia elétrica, turbinas eólicas, painéis solares, aviões, navios, máquinas, e muitos outros setores (GACHÚZ, 2012, p. 140).

O Chile, por sua vez, possuía uma pretensão igualmente pragmática ao assinar o acordo. A fim de acelerar seu processo de desenvolvimento e elevar os níveis de bem-estar social, o Chile enxergava no TLC com Pequim uma oportunidade para o progresso da sua economia, ao mesmo tempo em que buscava reafirmar sua presença e competitividade a nível global. Nesse sentido, o tratado com um grande consumidor de recursos minerais e produtor de bens de consumo, à época possibilitou uma diversificação de parceiros comerciais (Idem, 2012).

É possível afirmar, portanto, que a estratégia chilena de se empenhar em negociações de TLCs, adotada por administrações que privilegiaram políticas econômicas liberalizantes, está fundamentada em pretensões de ordem interna e externa. Interna porque, considerando a integração econômica do país, em especial após a redemocratização, tal ação permitiria maior

coesão e unidade entre as elites políticas e econômicas do país, diminuindo os atritos domésticos. E externa porque a mesma permitiria a Santiago buscar exercer mais influência no cenário internacional, a medida em que constrói sua reputação mundialmente e adquire *know-how* nesse tipo de negociação comercial (WEHNER, 2009). Conforme Dalby (2017) aponta, isso fica patente no papel que o Chile tem desempenhado em negociações conjuntas com seus vizinhos latino-americanos em relação à Ásia, em geral, e Pequim, em particular, através de iniciativas regionais, como é o caso da Aliança para o Pacífico.

No que se refere às exportações chinesas para o Chile, essas estão preenchidas, majoritariamente, por bens de consumo, como eletrônicos e vestimentas. Assim, o que chama atenção é a disparidade existente entre os produtos comercializados entre os dois países, em uma dinâmica comercial clássica Norte-Sul. Isto é, entre países exportadores de produtos primários, como é o caso do Chile, e países desenvolvidos – ou em vias de desenvolvimento, no caso da RPC – exportadores de bens de maior valor agregado (GACHÚZ, 2012). Embora não se deva desconsiderar o progresso promovido pelo TLC, que elevou as trocas entre as duas partes para US\$ 34,152 bilhões em 2014 (CHINA FTA NETWORK, 2015), trata-se de uma relação assimétrica, decorrente de uma inserção chilena subordinada na economia mundial.

O TLC sino-chileno não engendrou a transferência de tecnologia e a constituição de *networking* esperados, de forma que o país latino americano, ciente das limitações do preço dos minérios no mercado internacional e da própria extração do recurso, buscou outras formas de aproximação econômica. Porém, o Chile permaneceu como um mero abastecedor de Pequim. Nesses termos, incentivou a produção e comercialização de produtos agrícolas ao invés de manufaturados. A agricultura, juntamente com a silvicultura e a pesca, tem crescido em importância, resultado da diversificação da pauta exportadora chilena, até então dominada por minérios. O setor de serviços também se mostra promissor, porém ainda “engatinha” diante dos acordos comerciais já existentes (DALBY, 2017).

Essa investida em novos setores da economia chilena, como os de serviço, tecnologia, *e-commerce* e meio ambiente, ganhou peso a partir de uma atualização do TLC entre as duas nações em novembro de 2017 (CHINA FTA NETWORK, 2017). A nova versão do acordo visa ampliar as capacidades relacionadas ao setor de alta tecnologia e a conexão entre Pequim e a América Latina como um todo, a partir, por exemplo, do projeto de criação de um cabo submarino transpacífico que ligará as duas regiões (XINHUA, 2017). O aprimoramento do tratado começou a ser lapidado no encontro entre a então presidente do Chile, Michelle Bachelet, e o presidente chinês, Xi Jinping, em maio de 2015. Na cimeira os chefes de Estado trataram do estreitamento da parceria estratégica entre os dois países, denominada *Comprehensive Strategic*

Partnership, nas áreas de política, economia, investimentos, agricultura, mineração, meio ambiente, cultura, turismo e energia (SANTIAGO TIMES, 2017). Com relação ao último, Pequim e Santiago anunciaram um aprofundamento da cooperação no desenvolvimento de energias sustentáveis, tendo em vista as suas metas econômicas e ambientais (JING, 2017).

Ainda nesse campo, o Chile detém perspectivas positivas, em virtude não apenas das suas reservas e capacidade de extração de cobre e lítio – minerais de suma importância para a produção de produtos relacionados, como motores elétricos –, mas também da possibilidade de manufaturar tais matérias primas internamente. Isso abriria margem para a entrada de novos investimentos no país, em um cenário propício para o aumento das oportunidades de emprego, para a modernização do país e das suas companhias, e para a produção de maior valor agregado pelas mesmas, em um movimento de subidas nas cadeias globais de valor em que o país está inserido (CHINA DAILY, 2017). Para obter sucesso nessa investida, porém, Santiago precisará ter controle sobre esse processo, do contrário permanecerá na posição, subordinada, de fornecedor de produtos agrícolas e minerais.

Os chineses, de sua parte, têm avançado na aquisição de empresas no setor de energia, como foi o caso da compra de 24% da *Sociedad Química y Minera de Chile* (SQM) pela *Tianqi Lithium Corp*, em 2018, por US\$ 4,1 bilhões. A SQM está entre as maiores empresas de extração de Lítio, juntamente com a chinesa *Tianqi*, que, com a aquisição de ações, tornou-se o segundo maior acionista da concorrente chilena e passou a poder nomear até três indivíduos para a diretoria da empresa – desde que não sejam seus próprios funcionários, executivos ou diretores. Ainda que as negociações tenham buscado limitar o controle da *Tianqi* sobre a SQM, a situação preocupa o governo chileno, principalmente diante do aumento considerável da demanda devido ao crescimento do mercado de carros elétricos (MAIDENBERG, 2018).

Ao mesmo tempo, a posição geográfica estratégica do Chile – dotado de duas frentes, uma voltada para o Pacífico e a Ásia, e outra, para o continente sul-americano – lhe oferece uma oportunidade de operar como uma ponte entre a RPC e a América Latina. De fato, Santiago, em sua estratégia de projeção internacional, tem buscado exercer sua preponderância no chamado Fórum China-CELAC (FCC) (XINHUA, 2018). Em um momento de vácuo de liderança na região, mediante as crises políticas na Venezuela, na Argentina e no Brasil, uma política externa mais assertiva por parte do Chile em instituições regionais como o FCC e mesmo nas relações bilaterais com a China poderia assegurar frutos de longo prazo para Santiago. Para isso, porém, é necessário repensar a inserção econômica do país no sistema internacional, de modo a evitar a conclusão de novos tratados de livre comércio que perpetuem uma condição de periferia econômica primário-exportadora.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

China, Chile Reach Broad Consensus on Bilateral Ties. **Xinhua**, 2017. Disponível em: http://www.xinhuanet.com/english/2017-05/15/c_136286257.htm. Acesso em: 12 de out. de 2018.

Chinese, Chilean FMs Discuss Strengthening of Ties. **Xinhua**, 2018. Disponível em: http://www.xinhuanet.com/english/2018-01/22/c_136915308.htm. Acesso em: 19 de out. de 2018.

CHINA FTA NETWORK. **China and Chile Sign the Memorandum of Understanding for Upgrading the FTA**, 2015 Disponível em: http://fta.mofcom.gov.cn/enarticle/enchile/enchilenews/201505/21775_1.html. Acesso em: 05 de out. de 2018.

CHINA FTA NETWORK. **China-Chile FTA Upgrading Negotiations Concluded, Agreement Signed**, 2017. Disponível em: http://fta.mofcom.gov.cn/enarticle/enchile/enchilenews/201712/36339_1.html. Acesso em: 05 de out. de 2018.

DALBY, Chris. Interview: Chile-China Relations Model of Successful Free Trade: Expert. **Xinhua**, 2017. Disponível em: http://www.xinhuanet.com/english/2017-03/15/c_136130621.htm. Acesso em: 05 de out. de 2018.

GACHÚZ, Juan Carlos. Chile's Economic and Political Relationship with China. **Journal of Current Chinese Affairs**, v. 41, n. 1, 2012, p. 133-154.

JING, Shuiyu. China, Chile to Promote Sustainable Energy. **China Daily**, 2017. Disponível em: http://www.chinadaily.com.cn/world/2017-08/29/content_31286624.htm. Acesso em: 12 de out. de 2018.

MAIDENBERG, Micah. Chilean Court Weighs Chinese Investment in Country's Flagship Lithium Producer. **The Wall Street Journal**, 2018. Disponível em: https://www.wsj.com/articles/chilean-court-weighs-chinese-investment-in-countrys-flagship-lithium-producer-1538612378?fbclid=IwAR2PI_r4td4o27keI5Cub3-bBB8bCFUmdjDXcuBUhiTZtoMIQTXXxQPZk. Acesso em: 19 de out. de 2018.

OBOR Summit 2017: Chile, China Agree to Deepen Comprehensive Strategic Partnership. **Santiago Times**, 2017. Disponível em: <https://santiagotimes.cl/2017/05/15/obor-summit-2017-chile-china-agree-to-deepen-comprehensive-strategic-partnership/>. Acesso em: 12 de out. de 2018.

Upgrading China-Chile FTA to Boost Both Economies: Former ECLAC Official. **China Daily**, 2017. Disponível em: http://www.chinadaily.com.cn/business/2017-11/15/content_34568124.htm. Acesso em: 18 de out. de 2018.

WEHNER, Leslie Erhard. Power, Governance, and Ideas in Chile's Free Trade Agreement Policy. **German Institute of Global and Area Studies (GIGA) Working Papers**, No 102, 2009.

AS RELAÇÕES SINO-PERUANAS: AS POLÍTICAS LIBERALIZANTES E A PRESENÇA CHINESA NO SUBCONTINENTE

Dimitria H. de Mello Assis Nunes

Nas últimas décadas, o Peru vem se tornando um importante aliado chinês no subcontinente sulamericano, a partir do crescimento das relações comerciais entre ambos países, o qual desembocou na formulação de um Tratado de Livre Comércio (TLC), em 2009. Desde então, a presença da China no país andino é acentuada, configurando-se, no âmbito econômico, como o principal parceiro comercial do Peru em 2011, ultrapassando os Estados Unidos. Além disso, em Lima há a expansão de programas de idiomas e negócios orientados para a China, com o estabelecimento de seis Institutos Confúcio no país, número superior aos existentes em qualquer outra nação latinoamericana. Mesmo no âmbito militar, houve um desenvolvimento da relação bilateral entre ambos os países, através da compra de armamentos chineses e o contato entre os militares sino-peruanos³. Ademais, os projetos da *Belt and Road Initiative* para a América Latina contam com o Peru como eixo de escoamento e integração para os demais países latinoamericanos (ELLIS, 2011). O incremento das relações entre ambos os países, não obstante, é acompanhado pelo desafio colocado ao Peru de transmutar o seu padrão de desenvolvimento primário-exportador que o é submetido.

As relações sino-peruanas remetem ao período colonial da nação andina, no século XVIII, quando Lima, favorecida pela sua posição geográfica próxima ao oceano, tornou-se importante centro comercial, exercendo papel chave no então limitado comércio transpacífico. Posteriormente, com as crises que se instauraram na China, decorrentes das duas Guerras do Ópio, Lima se consagrou como a maior receptora de imigrantes chineses na América Latina. Já em 1998, o Peru se tornou a terceira e última nação latinoamericana aceita no Fórum Ásia-Pacífico de Cooperação Econômica (em inglês *Asia-Pacific Economic Cooperation*, APEC)⁴, depois de México e Chile. Em 2008, o governo do então presidente peruano, Alan García, alavancou o papel do país como membro da organização, ao sediar a Cúpula anual da APEC, e, assim, mostrar seu papel central nas relações econômicas China-América Latina. Nesse evento, o chefe de Estado peruano também anunciou a conclusão do TLC com a China, o qual foi

³ Em 2010, o Peru se tornou a primeira nação latinoamericana a comprar veículos blindados da China. Em 1993, a Polícia Nacional do Peru já havia comprado cinco aeronaves de transporte leve Y-12 chinesas, e, em 1995, o Ministério da Defesa peruano havia adquirido tratores e equipamentos pesados chineses. Ademais, em novembro de 2010, uma delegação chinesa liderada pelo Chefe do Estado Maior do General de Gabinete chinês Chen Bingde viajou a Lima para realizar um exercício humanitário bilateral com o Peru, incluindo a entrega de um hospital de campanha móvel à 1ª Brigada das Forças Especiais do Peru (ELLIS, 2011).

⁴ A Cooperação Econômica Ásia-Pacífico, criada em 1989, constitui-se como um fórum de 21 países-membros localizado no Círculo do Pacífico. A organização visa promover o livre-comércio e a cooperação econômica em toda a região da Ásia-Pacífico (ELEK, 2005).

responsável por estreitar ainda mais a relação entre os dois países (Idem, 2011).

Previamente ao TLC, o comércio sino-peruano teve sua alavancada de forma paralela ao vertiginoso crescimento chinês no início do novo milênio. Devido à alta necessidade chinesa por matérias-primas para a construção de infraestrutura e a sua segurança alimentar e energética, o país direciona seu olhar para a América Latina e o Caribe, em razão da alta disponibilidade de recursos naturais em seus territórios. Assim, enquanto as exportações peruanas aos Estados Unidos, entre 2000 e 2008, passaram de US\$ 2.000 milhões a US\$ 5.800 milhões, as exportações para a China, no mesmo período, foram de US\$ 400 milhões a quase US\$ 3.700 milhões, fazendo com que o país asiático se tornasse, nesse intervalo de tempo, o segundo maior destino das exportações peruanas. Ainda que, em números absolutos, o comércio entre os dois países seja menor que o comércio chinês com outros grandes países exportadores da América Latina, como Brasil, Argentina e México, o peso relativo das relações comerciais sino-peruanas é o segundo maior da região, só superado pelo do comércio sino-chileno (FAIRLIE, 2010).

Nas últimas décadas, o investimento chinês em países em desenvolvimento aumentou significativamente. O fluxo de estoque do país asiático ao exterior alcançou US\$ 97.714 milhões até 2008, sendo que, desse total, 6,9% do Investimento Estrangeiro Direto (IED) se dirigiu para a América Latina e o Caribe (FAIRLIE, 2010). Já com relação ao Peru, a primeira onda de investimentos chineses no país ocorreu na década de 1990, com a *Shougang Corporation* investindo em minérios metálicos, e a *China National Petroleum Corporation*, na extração de petróleo. A segunda onda se deu a partir de 2005, aproximadamente, e têm como principais protagonistas as transnacionais de minérios *Chinalco*, *Minmetals*, *Jiangxi* e *Zijin Consortium*⁵, as quais investiram na obtenção de direitos sobre as minas peruanas e, posteriormente, na exploração dos ativos adquiridos (TORRES, 2010).

O setor econômico que mais se desenvolveu na relação entre China e Peru foi o intercâmbio comercial de bens. O comércio total entre os dois países, resultado da somatória das exportações e importações, passou de US\$ 231 milhões, em 1993, para US\$ 7.340 milhões, em 2009, multiplicando-se 32 vezes. Com exceção de 2008, ano em que os efeitos da crise internacional foram refletidos na balança comercial do país, o Peru obteve superávits comerciais durante todo esse período, devido à venda de metais (cobre, ferro e chumbo, essencialmente) e farinha de peixe, que representam 83% das exportações peruanas. Contudo, em todos os demais

⁵ A empresa chinesa *Shougang* anunciou um investimento de US\$ 1,2 bilhão para expandir sua mina em Marcona, na província de Ica; a *China Aluminium Corporation* (Chinalco) investiu US\$ 2,2 bilhões na mina de Toromocho, na região de Junin; a *China Minmetals* e o *Zijin Mining Group* investiram US\$ 1,44 bilhão na mina de Rio Blanco, em Piura; e a *Jiangxi Cooper* investiu US\$ 2,5 bilhões na mina de Galeno, em Cajamarca (ELLIS, 2011).

setores, sua balança é deficitária, sobretudo em maquinaria elétrica e não elétrica; têxteis e roupas; substâncias químicas e acessórios fotográficos; couro, borracha e calçados; e outros bens manufaturados. Assim, segue-se reproduzindo o tradicional vínculo econômico entre uma economia primária exportadora e outra industrializada (Idem, 2010).

O TLC entre Peru e China, assinado em Pequim, no dia 28 de abril de 2009 e ratificado em 6 de dezembro do mesmo ano, trouxe para o Peru expectativas de aumento das exportações de bens não tradicionais, que contrabalanceariam esse padrão primário exportador do país. O tratado constituiu o primeiro acordo amplo entre ambos os países, que compreende comércio de bens, serviços e investimentos de uma forma conjunta, incluindo um Acordo de Cooperação Aduaneira e um Memorando de Entendimento sobre Cooperação Trabalhista e Social. Previamente ao início das negociações, porém, a China exigiu, da mesma forma que exige dos demais países com os quais estabelece relações, que o Peru a reconhecesse como uma economia de mercado. Tal reconhecimento significava, na prática, a renúncia ao direito de aplicar as disposições 15 e 16 do Protocolo de Adesão da China à Organização Mundial do Comércio (OMC), bem como o Artigo 242 do Informe do Grupo de Trabalho sobre o ingresso da China na OMC, os quais dissertam sobre os mecanismos de proteção que a OMC estipulou frente a uma economia como a chinesa, cuja política comercial é vista como complexa e opaca em alguns setores. Dessa forma, o Peru cedeu o direito de aplicar mecanismos transitórios de salvaguarda e cotas de importação frente a possíveis medidas anticoncorrenciais por parte da China (Ibidem, 2010).

Já no corpo do tratado, foram acordadas quinze mesas de trabalho, das quais três constituem sua coluna vertebral: acesso a mercados, a serviços e a investimentos. A primeira envolve as eliminações tarifárias e teve como condição a exigência chinesa de que a lista de itens sensíveis que o Peru buscava excluir do acordo, a fim de proteger sua produção nacional, fosse restrita a 10% das importações peruanas e que os seguintes produtos, considerados como “itens sensíveis” pelo Peru, fossem incluídos como itens de livre-comércio: têxteis, vestuários e calçados. A parte reservada a serviços foi negociada sob a abordagem conhecida como “listas positivas” (*bottom-up*), segundo a qual cada país inclui apenas os serviços que pretende liberalizar e deixa os demais setores protegidos. Não obstante, o resultado de um estudo de viabilidade indicou que as exportações de serviços do Peru aumentariam 0,44%, enquanto as importações aumentariam 0,67%; ou seja, a China seria a mais beneficiada pela liberalização bilateral no setor de serviços. Com relação aos investimentos, o resultado acordado não difere muito do Acordo de Promoção e Proteção ao Investimento Recíproco (APPRI), subscrito pelos dois países em 1994 (Ibidem, 2010).

Além disso, o tratado deixa um vácuo no que se refere a normas ambientais e trabalhistas. A não incorporação de medidas que assegurem o desenvolvimento do comércio e dos investimentos de forma sustentável e em consonância aos direitos sociais dos trabalhadores faz do tratado conivente com a obstrução dos direitos ambientais e humanos. Dessa forma, a presença chinesa no país vem sendo pressionada pelas manifestações anti-mineração, levadas a cabo por moradores locais de áreas rurais e tribos indígenas. Em 2012, a *Chinalco*, por exemplo, enfrentou forte oposição ao seu projeto no distrito de Morococha, que envolvia a realocação de cinco mil habitantes. Em janeiro de 2013, a *Lumina Copper* viu-se obrigada a suspender seu projeto de US\$ 2,5 bilhões na região de Cajamarca, em razão da forte mobilização popular contrária a ele (FLANNERY, 2013).

Já em relação à inserção do Peru no projeto chinês *Belt and Road Initiative* (BRI), o país latino-americano representa o eixo que interliga os dois continentes, americano e asiático. Dessa forma, isso se reflete nos dois projetos de integração terrestre transnacionais, que estão em curso no subcontinente. São esses: o Corredor Ferroviário Bioceânico de Integração (CFBI), o qual pretende interligar Brasil, Bolívia e Peru, a partir do Porto de Santos, no Brasil, ao Porto de Ilo no Peru, contabilizando 3.750 km; e a Ferrovia Transoceânica (FT), a qual interliga Brasil e Peru, ao longo de 6.400 km entre Ilhéus (BA) e o Porto de Ilo, no sul do Peru (ESTADO PLURINACIONAL DA BOLÍVIA, 2017).

O CFBI, além de ter se transfigurado em uma importante pauta política do governo do presidente boliviano, Evo Morales, devido ao acesso ao mar que lhe seria permitido, também reduziria, significativamente, os custos e a duração do transporte de mercadorias entre a América Latina e o continente asiático. Por exemplo, um navio cargueiro, que sai do Porto de Santos em direção à China e perpassa o Canal do Panamá, leva em média 67 dias e 13 horas para chegar ao seu destino final. Caso faça o trajeto contornando o sul do continente americano, levará em média 58 dias e 11 horas. Não obstante, se o CFBI for concluído, tal percurso poderá ser reduzido à 38 dias e 8 horas (Idem, 2017). O corredor, que se iniciará em Santos (Brasil), ingressará na Bolívia pelo Porto de Suarez, chegará à La Paz e concluirá no Porto de Ilo (Peru), está ainda em fase de viabilização técnica, estrutural e financeira, e sua execução foi orçada em US\$ 10 bilhões. Apesar do projeto já ter sido ratificado pelos representantes do Brasil, Bolívia, Paraguai e Peru, o início das construções ainda não foi datado. A despeito disso, há um consenso entre os países envolvidos acerca da importância de tal projeto (CAMBIO, 2017).

Sobre a Ferrovia Transoceânica, apenas em 2015 o projeto ganhou impulso, na ocasião da visita do primeiro-ministro chinês, Li Keqiang, à América Latina. Ao desembarcar no Brasil, Li anunciou um pacote de investimentos orçado em US\$ 53 bilhões para todo o subcontinente.

Esses seriam direcionados à aeroportos, rodovias, ferrovias, exploração energética, agronegócio, autopeças, equipamentos de transporte, portos, armazenamentos e serviços. O projeto, que despertou o interesse da estatal chinesa *China Railway Construction Corporation* (CRCC), seria interligado à Ferrovia Norte-Sul, a qual realiza o trajeto entre o Porto de Santos, em São Paulo, ao Porto de Açailândia, no Maranhão, e, a partir de então, à costa sul-americana do Pacífico, no Peru. As partes a serem construídas compreendem os trechos de Ilhéus, na Bahia, a Figueirópolis, em Tocantins, contabilizando 1.500 km; e de Figueirópolis ao Porto de Ilo, percorrendo 4.900 km. O custo do projeto foi orçado entre R\$ 30 e 50 bilhões e o início das construções também não foi datado (LISSARDY, 2015).

Em suma, o crescimento econômico do Peru a partir do estreitamento das relações sino-peruanas tem se dado a partir do tradicional modelo primário-exportador, no qual os produtos exportados pelo país são, majoritariamente, provenientes de mineração e pesca. O TLC, gera superávits comerciais ao Peru, porém esses são decorrentes, exclusivamente, de tais produtos primários. Assim, ao incluir na lista de livre-comércio itens sensíveis, tais quais têxteis, vestuários e calçados, há o desincentivo à produção nacional respectiva desses e a perpetuação do vínculo entre centro-periferia. Portanto, o desafio que se põe é a construção de um projeto nacional peruano, o qual exija uma liberalização consoante ao discurso *win-win* chinês e com responsabilidade social e ambiental. Para além de uma tomada do Estado-nação como unidade final de análise, é possível depreender que quem se beneficiou com as medidas já efetivadas é, principalmente, a elite do país, responsável por facilitar a criação de um ambiente atrativo para o capital internacional e, a partir disso, enriquecer-se às custas do processo de acentuação das desigualdades e gentrificação nas áreas rurais peruanas.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

ELEK, Andrew. Back to Canberra: Founding APEC. In: _____. **The Evolution of PECC: The First 25 Years**, 2005, p. 65-85. Disponível em: <https://www.pecc.org/resources/regional-cooperation/601-back-to-canberra-founding-apec/file>. Acesso em: 10 de set. de 2018.

ELLIS, Evan. China's Engagement with Peru: An Increasingly Strategic Relationship. **China Brief**, Volume 11, Issue 21. Washington: The Jamestown Foundation, 2011. Disponível em: <https://jamestown.org/program/chinas-engagement-with-peru-an-increasingly-strategic-relationship/>. Acesso em: 10 de set. de 2018.

ESTADO PLURINACIONAL DA BOLÍVIA. Embaixada do Estado Plurinacional da Bolívia ante a República Oriental do Uruguai, Representação Permanente ante a ALADI e o MERCOSUL. **Corredor Ferroviário Bioceánico de Integración**, 2017. Disponível em: <http://bolivi-auruguay.org/wp-content/uploads/2017/04/PRESENTACION-ALADI-MERCOSUR.pdf>. Acesso em: 10 de set. de 2018.

FAIRLIE, Alan Reinoso. Relaciones Económicas Perú-China. **Revista del Centro Andino de Estudios Internacionales**, No. 9, 2010, p. 11-35. Disponível em: <http://revistas.uasb.edu.ec/index.php/comentario/article/view/100/109>. Acesso em: 10 de set. de 2018.

FLANNERY, Nathaniel Parish. How China's Relation with Peru Explain its Approach to Diplomacy. **The Atlantic**, 2013. Disponível em: <https://www.theatlantic.com/china/archive/2013/09/how-chinas-relations-with-peru-explain-its-approach-to-diplomacy/279618/>. Acesso em: 10 de set. de 2018.

Grupo Operativo Bioceánico se Reúne para Iniciar el Corredor. **CAMBIO**, 2017. Disponível em: <http://cambio.bo/?q=node/31864>. Acesso em: 10 de set. de 2018.

LISSARDY, Geraldo. A polémica ferrovia que a China quer construir na América Latina. **BBC Brasil**, 2015. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/05/150518_ferrovia_transoceanica_construcao_lgb. Acesso em: 10 de set. de 2018.

TORRES, Victor C. El TLC Perú-China: Posibles Implicancias para el Perú. **Pensamiento Crítico**, Nº 13, 2010, p. 101-120. Disponível em: <http://revistasinvestigacion.unmsm.edu.pe/index.php/econo/article/view/9004/7832>. Acesso em: 10 de set. de 2018.

A EVOLUÇÃO DAS RELAÇÕES ENTRE PEQUIM E CARACAS NAS ERAS CHÁVEZ E MADURO: A INDÚSTRIA PETROLÍFERA VENEZUELANA E A SEGURANÇA ENERGÉTICA CHINESA

Laís Helena Ferreira dos Santos

Nathan Morais Pinto da Silva

O processo de intensificação das relações sino-venezuelanas teve início nos primeiros anos do século XXI, quando a China decidiu expandir seu *soft power* para a América Latina, com o interesse em estimular o comércio e o investimento em áreas produtivas, especialmente em matérias primas, *commodities* e, mais recentemente, no setor financeiro e na indústria (FLÓREZ; ROMERO, 2016). No que se refere à Venezuela, essa relação não se dá exclusivamente em termos ideológicos, pois a China tem interesse não apenas em garantir sua segurança energética, mas também em questões geopolíticas, como a expansão de sua área de influência e o comércio de equipamento militar na América Latina (HERRERA, 2011). Dessa forma, essa relação se concentra na exportação de petróleo, outras matérias derivadas do petróleo e gás natural, já que a Venezuela não tem um plano industrial para competir com as importações de bens e serviços chineses (FLÓREZ; ROMERO, 2016).

Outro fato a ser observado é que ambos os países têm os mesmos interesses em temas globais, porém com finalidades e posturas distintas. A China procura manter a *soft balancing policy*, em uma estratégia que se mostra muito mais reformista do que contra-hegemônica; no sentido de não visar a disrupção da ordem vigente, mas sim a reorientação da mesma através da promoção do multilateralismo e da criação de instituições alternativas, encabeçadas por Pequim. Já a Venezuela atua se pautando em um revisionismo de poder (HERRERA, 2011).

Para entender a relação sino-venezuelana nos dias de hoje, há de se ter em mente que na década de 1950 já havia um intercâmbio cultural e comercial entre o continente latino-americano e a China. Contudo, só a partir dos anos 1970 foi observado um grande avanço, com o estabelecimento de relações diplomáticas com alguns países da América Latina, incluindo a Venezuela, que reconheceu a República Popular da China em junho de 1974 (DUQING, 2013). Mesmo que a China afirme que sua relação com a Venezuela não é meramente ideológica, nota-se que Chávez e Nicolás Maduro receberam o apoio financeiro chinês como uma forma de “abastecimento” do “socialismo do século XXI”, termo usado por Chávez para se referir à doutrina bolivarianista (BAUMUNK; RENDON, 2018).

A relação entre China e Venezuela se pauta em três aspectos. O primeiro se dá pelo comércio exterior, que é caracterizado por exportações petroleiras da Venezuela para China. A

segunda é o financiamento chinês da economia venezuelana através dos chamados “fundos chineses”, que nada mais são do que empréstimos e financiamentos chineses para Caracas. O terceiro é a cooperação em infraestrutura e na agricultura. Nesse caso, há apoio tecnológico e de crédito chinês para obras de construção de estradas e habitações (FLÓREZ; ROMERO, 2016).

Outra observação a ser considerada é que, desde a eleição de Chávez em 1999, foram firmados mais de 500 acordos econômicos entre os dois países e mais de 213 projetos estratégicos. Do ponto de vista político, Pequim está interessada na estabilidade de Caracas – tanto no âmbito interno, quanto no externo – devido ao seu interesse em assegurar a manutenção das importações de recursos venezuelanos, sobretudo de petróleo. Em razão disso, o governo chinês tem prestado um apoio extremamente importante ao governo de Maduro. Um exemplo é o fato de a China ter agido como interlocutor em tensões comerciais entre a Venezuela e os Estados Unidos (Idem, 2016). Entretanto, as empresas chinesas seguem preocupadas com a insegurança política e jurídica na Venezuela, sobretudo diante do agravamento da crise no país; além da ineficácia dos programas sociais e econômicos apoiados pela China.

Como mencionado, o petróleo e seus derivados têm sido um fator importante na construção das relações sino-venezuelanas desde a posse de Hugo Chávez. Segundo dados do Observatório de Complexidade Econômica (OEC), 82% das exportações venezuelanas para a China, em 2016, consistiam de petróleo bruto e 11% de petróleo refinado, totalizando mais de US\$ 4,5 bilhões e consolidando a Venezuela como um dos maiores exportadores de petróleo para a potência asiática naquele ano (OEC, 2016 a, ver tabelas abaixo).

Rússia	US\$ 14,9 bilhões
Arábia Saudita	US\$ 13,9 bilhões
Angola	US\$ 12,3 bilhões
Omã	US\$ 10 bilhões
Iraque	US\$ 9,53 bilhões
Irã	US\$ 8,37 bilhões
Kuwait	US\$ 4,32 bilhões
Venezuela	US\$ 4,04 bilhões

Fonte: OEC, 2016 b.

Coreia do Sul	US\$ 3,85 bilhões
Cingapura	US\$ 1,92 bilhões
Rússia	US\$ 1,86 bilhões
Japão	US\$ 759 milhões
Malásia	US\$ 548 milhões
Venezuela	US\$ 531 milhões

Fonte: OEC, 2016 c.

Para compreender o papel do comércio internacional petrolífero nas relações entre os dois países, propomos, sob o prisma da economia política internacional apresentado pela autora Susan Strange, a discussão de uma visão teórica do papel que a energia desempenha como uma estrutura de poder nas relações internacionais. Primeiramente, deve ser apresentado o conceito de segurança energética que será utilizado nessa análise. Optamos pela definição empregada pela Agência Internacional de Energia, que define segurança energética como “a disponibilidade ininterrupta de fontes de energia a um preço acessível” (IEA, 2018, tradução nossa).

Em seu livro *States and Markets*, Susan Strange (1998) introduz a energia como uma estrutura de poder secundária da economia política global, dedicando um capítulo inteiro da obra ao assunto. Strange argumenta que as estruturas de poder primárias (podemos citar a segurança nacional e a produção industrial como exemplos) dependem das estruturas de poder secundárias, como a energia, para se manterem em funcionamento. Assim sendo, pode-se inferir que quando um país atinge o *status* de segurança energética plena, confere-se ao mesmo mais poder relativo em um contexto global.

O termo “petrodiplomacia” surgiu para caracterizar as relações entre países pautadas no comércio internacional de petróleo, em especialmente no âmbito do caso sino-venezuelano. Nas palavras de Silvia Hernández Rada (2011):

Entende-se por esse termo a correlação de interesses energéticas que se tornam estratégicos para o desenvolvimento e concretização de negócios internacionais nessa área. Nesse sentido, a República Popular da China se converteu em uma nação dependente de recursos naturais e matérias primas que precisa manter e incrementar seu nível de desenvolvimento; essa estrutura de desenvolvimento e a necessidade de se consagrar como uma potência está sustentada fundamentalmente na segurança energética (RADA, 2011, p. 4, tradução nossa).

Assim, a autora argumenta que a China tem investido na importação de petróleo graças à necessidade de manter o seu desenvolvimento econômico, industrial, tecnológico e militar,

que dependem diretamente da sua segurança energética.

Cheng e Shi (2008) afirmam que Chávez considerava as relações econômicas com a China um pilar fundamental da sua política externa, uma vez que a intensificação dessas relações contribuía para a construção de uma ordem mundial multipolar, diminuindo a dependência venezuelana do mercado norte-americano, e que o petróleo desempenhava um papel fundamental nessa relação. Os autores ainda notam que o comércio petrolífero sino-venezuelano durante a era Chávez se deparou com diversos obstáculos, dentre os quais podemos citar a incapacidade técnica chinesa de refinar o enxofre presente no petróleo bruto venezuelano (tecnologia da qual os Estados Unidos dispunham à época) e o alto custo do transporte dos barris de petróleo, tendo em vista que o Canal do Panamá não conseguia acomodar navios superpetroleiros (*supertankers*), o que fazia com que os dois países tivessem de buscar rotas alternativas e mais demoradas para o transporte do petróleo. Devido a tais limitações, as iniciativas chinesas em torno do petróleo venezuelano no início dos anos 2000 foram modestas. Em razão disso, os autores argumentam que havia uma relação de “interdependência assimétrica” (CHENG; SHI, 2008, p. 112) entre os dois países: a China era mais importante para a Venezuela do que o contrário.

Em 2001, os dois países assinaram um plano estratégico energético bilateral, o *Memorandum de Entendimiento sobre la Cooperación Energética Decenal*, que se estenderia até 2011. A Venezuela triplicaria suas exportações de petróleo para a China até 2009, e, em contrapartida, o país asiático financiaria a construção de ferrovias na Venezuela através de um aporte financeiro de US\$ 9 bilhões. Cheng e Shi (2008) afirmam que a invasão norte-americana ao Iraque, em 2003, foi um marco que contribuiu para o aumento das exportações venezuelanas de petróleo para a China, tendo em vista que os Estados Unidos expandiram sua influência sobre os mercados de petróleo do Oriente Médio, fazendo com que a China buscasse intensificar as relações comerciais com outros países produtores de petróleo, entre eles, a própria Venezuela. Em 2007, como relembra Hongbo (2014), foi criado, como produto do memorando assinado pelos dois países em 2001, o Fundo Conjunto Sino-Venezuelano, consórcio financeiro operado conjuntamente pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento Venezuelano (FONDEN) e o Banco Chinês de Desenvolvimento (CDB). Entre 2007 e 2013, os empréstimos concedidos pela China à Venezuela através do Fundo totalizaram US\$ 38 bilhões (ROMERO, 2014, p. 19).

De igual modo, o atual presidente venezuelano, Nicolás Maduro, tem promovido em seu governo a continuidade do estado de proximidade das relações comerciais entre os dois países, ainda que a demanda por petróleo bruto por parte da China tenha diminuído nos últimos anos, devido à quebra do mercado petrolífero mundial causada pela alta oferta de petróleo refinado, como relembra uma reportagem da Reuters (BLANCHARD, 2018). Cabe ressaltar que

essa se deu mediante o início do ciclo de produção de hidrocarbonetos não convencionais nos Estados Unidos, através do desenvolvimento da técnica de fracionamento hidráulico (*fracking*), em uma estratégia de recuperação econômica e independência energética que desestabilizou governos que haviam proposto uma gestão soberana dos seus recursos naturais (BRUCKMANN, 2018). Por outro lado, um artigo do CSIS aponta que a manutenção das boas relações com a Venezuela condiz com a estratégia adotada pelo governo de Xi Jinping de estender a influência internacional chinesa. Segundo o artigo, a Venezuela foi o destino de 53% dos empréstimos chineses para a América Latina na última década, totalizando US\$ 62 bilhões. (BAUMUNK; RENDON, 2018).

Todavia, houve desentendimentos recentes entre os dois países no que diz respeito à questão do petróleo. Em dezembro de 2017, a *Sinopec*, empresa estatal petrolífera chinesa, processou por quebra de contrato a sua contraparte venezuelana, a PDVSA, numa corte judicial norte-americana. A estatal chinesa alegou não ter recebido a totalidade do pagamento referente a uma remessa de vergalhões de aço (RUCINSKI, 2017). Em junho de 2018, uma matéria do *El País* reportou a cessação abrupta dos empréstimos chineses ao país governado por Nicolás Maduro (FONTDEGLÒRIA, 2018). Contudo, no mês seguinte, segundo reportagem da *Reuters*, o Ministro das Finanças venezuelano, Simón Zerpa, declarou que o governo de Maduro havia negociado, com o Banco de Desenvolvimento Chinês, o investimento direto de US\$ 250 milhões no setor petrolífero do país (REUTERS, 2018).

Diante desse contexto, pode-se observar que, ainda que se relatem desentendimentos e momentos de instabilidade nas relações econômicas entre os dois países, tanto a China quanto a Venezuela preferem manter-se na condição de aliados estratégicos no âmbito da cooperação energética. As boas relações com o governo de Caracas contribuem para que o gigante asiático mantenha a sua segurança energética, garantindo uma das estruturas de poder secundário fundamentais às estruturas de poder primário e, conseqüentemente, o aumento do poder relativo chinês no sistema internacional. Já para a Venezuela, a aliança estratégica com a China oferece ao país o respaldo político de uma potência global, fator importante diante do aumento das sanções econômicas e diplomáticas por parte dos Estados Unidos, do aprofundamento da crise venezuelana e da perspectiva mais recente de uma intervenção militar conduzida por Washington no país – o que abriria um precedente perigoso na América do Sul. Nesse sentido, a aliança com Pequim significa, cada vez mais, a sobrevivência do governo Maduro e a manutenção da soberania e integridade territorial venezuelanas.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

BAUMUNK, Sarah; RENDON, Moises. When Investment Hurts: Chinese Influence in Venezuela. Center for Strategic & International Studies, 2018. Disponível em: <https://www.csis.org/analysis/when-investment-hurts-chinese-influence-venezuela>. Acesso em: 13 de set. de 2018.

BLANCHARD, Ben. China rebuffs U.S. criticism of relations with oil-rich Venezuela. Reuters, 2018. Disponível em: <https://www.reuters.com/article/us-usa-venezuela-china/china-rebuffs-u-s-criticism-of-relations-with-oil-rich-venezuela-idUSKBN1FP0ZF>. Acesso em: 13 de set. de 2018.

BRUCKMANN, Monica. América Latina y la Nueva Dinámica del Sistema Mundial. In: América Latina en Movimiento (ALAI), Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais (CLACSO). Integración in Tiempos de Incertidumbre, No. 534, Jul. 2018. Disponível em: <https://www.alainet.org/es/revistas/534>. Acesso em: 11 de set. de 2018.

CHENG, Joseph Y. S.; SHI, Huangao. Sino-Venezuelan Relations: Beyond Oil. Issues & Studies, v. 44, n. 3, 2008, p. 99-147. Disponível em: http://www.redalc-china.org/monitor/images/pais/Venezuela/investigacion/206_Venezuela_2008_Sinovensa.PDF. Acesso em: 10 de set. de 2018.

DUQING, Chen. Política Exterior da China. Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo, 2013. Disponível em: <http://www.iea.usp.br/publicacoes/textos/duqingpoliticaexteriorchina.pdf>. Acesso em: 14 de set. de 2018.

FLÓREZ, Margarita; ROMERO, Ana María Cardona. China en Venezuela: los préstamos por petróleo. Colômbia: Asociación Ambiente y Sociedad, 2016. Disponível em: <http://www.ambienteysociedad.org.co/wp-content/uploads/2017/01/China-prestamos-petroleo-publicacion-AAS-2016.pdf>. Acesso em: 10 de set. de 2018.

FONTDEGLÒRIA, Xavier. China cierra el grifo del crédito a Venezuela. El País, 2018. Disponível em: https://elpais.com/internacional/2018/05/02/actualidad/1525228067_970906.html. Acesso em: 11 de set. de 2018.

HERRERA, Mladen Yopo. China y América Latina: una relación positiva con varias interrogantes. Friedrich Ebert Stiftung (FES) Policy Paper, v. 38, 2011. Disponível em: <http://library.fes.de/pdf-files/bueros/la-seguridad/08541.pdf>. Acesso em: 13 de set. de 2018.

HONGBO, Sun. Modelo de cooperación energética entre China y América Latina. Problemas del Desarrollo, Vol. 176, No. 45, 2014, p. 9-30. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S030170361470848X>. Acesso em: 11 de set. de 2018.

INTERNATIONAL ENERGY AGENCY (IEA). What is energy security?. Disponível em: <https://www.iea.org/topics/energysecurity/whatisenergysecurity/>. Acesso em: 7 de set. de 2018.

RADA, Silvia Hernández. Venezuela y China: relaciones económicas en el régimen de Hugo Chávez (1999-2011). Observatorio de la Economía y la Sociedad China, n. 15, 2011. Disponível em: <http://www.eumed.net/rev/china/15/shr.pdf>. Acesso em: 10 de set. de 2018.

ROMERO, Carlos. Nuevas directrices em La asociación Venezuela-China. Revista Tempo do Mundo, v. 2, n. 2. Brasil: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), 2016. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/6545/1/TdM_v2_n2_Nuevas.pdf. Acesso em: 13 de set. de 2018.

RUCINSKI, Tracy. China's Sinopec sues Venezuela in sign of fraying relations. Reuters, 2017. Disponível em: <https://www.reuters.com/article/us-sinopec-pdvsa-lawsuit/chinas-sinopec-sues-venezuela-in-sign-of-fraying-relations-idUSKBN1E100S>. Acesso em: 11 de set. de 2018.

STRANGE, Susan. States and Markets. New York: Bloomsbury Academic, 1998.

THE OBSERVATORY OF ECONOMIC COMPLEXITY (OEC). What does Venezuela export to China?, 2016 a. Disponível em: https://atlas.media.mit.edu/en/visualize/tree_map/hs92/export/ven/chn/show/2016/. Acesso em: 7 de set. de 2018.

THE OBSERVATORY OF ECONOMIC COMPLEXITY (OEC). Where does China import Crude Petroleum from?, 2016 b. Disponível em: https://atlas.media.mit.edu/en/visualize/tree_map/hs92/import/chn/show/2709/2016/. Acesso em: 7 de set. de 2018.

THE OBSERVATORY OF ECONOMIC COMPLEXITY (OEC). Where does China import Refined Petroleum from?, 2016 c. Disponível em: https://atlas.media.mit.edu/en/visualize/tree_map/hs92/import/chn/show/2710/2016/. Acesso em: 7 de set. de 2018.

Venezuela says it will receive \$250 mln from China to boost oil output. Reuters, 2018. Disponível em: <https://www.reuters.com/article/us-venezuela-china/venezuela-says-it-will-receive-250-mln-from-china-to-boost-oil-output-idUSKBN1JT2RD>. Acesso em: 13 de set. de 2018.